

## Abordagem Integrativa: Reterritorialização do Saber Clínico?

Ana Cristina Sundfeld<sup>1</sup>

Universidade Paulista e Universidade do Grande ABC

**RESUMO** - Este artigo contextualiza o surgimento e a consolidação da Psicologia como ciência no período da modernidade e as repercussões do pensamento dessa época para o modelo e a prática psicológicos. Apresenta também as características da pós-modernidade e da subjetividade contemporânea a partir de uma perspectiva complexa, que redimensiona a visão clássica e propõe uma racionalidade diversa para a compreensão dos seres vivos. Baseando-se no pensamento complexo, aborda o movimento da abordagem integrativa em psicologia clínica, considerando-a uma expressão de importantes questionamentos no interior da Psicologia.

**Palavras-chave:** abordagem integrativa; psicoterapia; pensamento complexo; pós-modernidade.

## Integrative Approach: Re-Territorialization of Clinical Knowledge?

**ABSTRACT** - This article deals with the context of appearance and consolidation of Psychology as a science in the modernity age, and the repercussion of its ways of thinking into psychological theory and practices. It also shows the post-modernity characteristics and the contemporaneous subjectivity from a complex perspective, that rethink the classic view and suggests a diverse rationality for the being's understanding. Based on the complex thought, this paper deals with the movement of the integrative approach in clinic psychology, as an expression of important questionings inside psychology nowadays.

**Key words:** integrative theory; psychotherapy; complex thought; pos-modernity.

### Psicologia e Modernidade: Marcas de um Percurso

Para compreendermos as noções de homem transmitidas pela psicologia e a própria prática psicológica, é necessário um breve retorno ao momento de constituição desta disciplina enquanto ciência.

O cenário de aparecimento da psicologia (meados do século XIX) estava dominado pelo ideal positivista de ciência proposto por Auguste Comte (1798-1857), que se ocupava da descoberta de leis invariáveis que ordenavam os fenômenos e opunha-se a qualquer tipo de especulação metafísica. As investigações deveriam estar submetidas ao controle experimental e os fatos compreendidos sob um ponto de vista analítico (Japiassu, 1995).

Os critérios que delineavam o caráter científico das produções diziam respeito a retirada do sujeito da investigação através do método, da padronização e da instrumentalização das formas de abordar a realidade. As disciplinas que aspiravam reconhecimento científico deveriam adotar o modelo das ciências naturais. A psicologia encontrava-se no seu início, ainda relacionada com a filosofia e portanto, considerada uma matéria reflexiva, marginal dentro do território que ia se concretizando com a hegemonia do ideal positivista de ciência. Entretanto, neste período, já havia estudiosos interessados em produzir uma psicologia científica, com o auxílio da fisiologia ou mesmo da matemática.

Tais pensadores antecederam Wundt (1832-1920), considerado pai da psicologia moderna.

Filósofo e matemático, Herbart (1776-1841) tentou aplicar a matemática ao estudo da vida psíquica com o objetivo de representar os processos mentais sob a forma de modelos formais. Afirmava a possibilidade de uma psicologia matemática baseada nos princípios da física clássica. Weber (1795-1878), fisiólogo e anatomista, dedicou-se aos estudos sobre as sensações táteis e visuais, nos quais obteve medidas precisas relativas à diferenças na intensidade objetiva de um estímulo e a sensação percebida destas diferenças, ultrapassando o domínio fisiológico em direção à psicologia. Fechner (1801-1887) expandiu o trabalho experimental de Weber, concebendo uma nova ciência, a psicofísica, que trata das relações funcionais entre o mundo físico e o psíquico (Figueiredo, 1991/1995; Marx & Hillix, 1963/1978; Wertheimer 1970/1991).

Formado em medicina e fisiologia, Wundt fundou em 1879 o primeiro laboratório de estudos psicológicos na Universidade de Leipzig, Alemanha. Para Wundt, a psicologia era uma ciência da consciência e seu objeto o estudo da experiência imediata, composta por eventos ou processos interligados (Wertheimer, 1970/1991).

O método utilizado em seu laboratório era a introspecção sob o controle das condições experimentais que garantiam o rigor científico:

*A marca distintiva do experimento científico é que ele é um meio de adquirir exatamente a informação que é relevante... e de adquirir em circunstâncias que excluem o máximo possível os fatores acidentais e privados da observação (Wundt citado por Giorgi, 1970/1978, p. 68)*

1 Endereço: Rua Doutor Nicolau de Sousa Queiroz, 104/52, Vila Mariana, São Paulo – SP, CEP: 04105-000, e-mail: anasund@bol.com.br

Entretanto, Wundt reconhecia que o método experimental, adequado para a investigação de processos mentais básicos como sensação e percepção, não poderia ser aplicado ao estudo de domínios mais complexos que, por sua vez, requerem outros recursos como a história, a etnografia, a observação e a análise lógica (Japiassu, 1995; Wertheimer, 1970/1991).

O objetivo da psicologia consistia na análise dos compostos e complexos conscientes em seus elementos constitutivos a fim de compreender como esses compostos são sintetizados e propor princípios e leis para os processos psicológicos. De acordo com Wundt, a mente atua sobre os elementos mentais operando uma síntese criadora, cujo resultado difere da soma dos elementos que a constituem (Figueiredo, 1991/1995; Wertheimer, 1970/1991).

A obra de Wundt é considerada precursora da abordagem estruturalista devido à ênfase no estudo dos elementos que compõem os eventos psíquicos. No entanto, recentes leituras de seu legado, contrapõe-se a esta idéia afirmando que embora enfocasse os elementos, Wundt enfatizava a noção de processo, inclusive porque os elementos não poderiam ser observados isoladamente, mas apenas como parte essencial de configurações (Blumenthal, 1975).

Os interesses de Wundt foram diversos. Além de abordar a sensação e a percepção, também dedicou-se ao estudo da memória, inteligência, desenvolvimento estético, moral e social; através da psicologia comparada, estudou a linguagem humana e animal (Japiassu, 1995).

A obra "Psicologia Fisiológica", publicada em 1874, obteve grande reconhecimento, possibilitando à psicologia os primeiros passos rumo ao universo das ciências. Mas paralelo as investigações de Wundt, outros teóricos desenvolviam concepções diversas como Brentano, Stumpf e von Ehrenfels, autores que viriam influenciar a psicologia do século XX (Wertheimer, 1970/1991).

Franz Brentano (1838-1917), filósofo e crítico da psicologia fisiológica, fundou a psicologia do ato, baseada na idéia de que os fenômenos mentais são orientados para fora, ou seja, são atos que implicam em objetos exteriores. Segundo ele, a psicologia deveria se ocupar dos atos ou processos e não dos conteúdos mentais (Marx & Hillix, 1963/1978; Wertheimer, 1970/1991).

Aluno de Brentano, Stumpf (1848-1936) fundou o Laboratório Psicológico de Berlim que realizava trabalhos sobre percepção espacial e audição. Como Wundt, utilizava o método da introspecção, porém valorizando seu aspecto fenomenológico, mais livre das rígidas condições experimentais (Marx & Hillix, 1963/1978; Wertheimer, 1970/1991).

As contribuições de Brentano e de Stumpf foram fundamentais para a constituição da fenomenologia, desenvolvida por Edmund Husserl (1859-1938). Para Husserl, o ponto de partida para a compreensão das essências é a própria realidade, lugar de aparição dos fenômenos, pois estes se dizem através de si mesmos. Portanto, é pelo retorno às coisas mesmas, ao fenômeno em sua manifestação, que se torna possível a apreensão das essências, do sentido. A

fenomenologia forneceu importantes contribuições para a psicologia tanto na área de pesquisa, estimulando o desenvolvimento de uma metodologia fenomenológica, como na área clínica, inspirando uma multiplicidade de abordagens terapêuticas (Cf. Ribeiro, 1985).

Em 1890, von Ehrenfels (1859-1932) publicou um artigo que apontava para a existência de uma qualidade da forma ou *Gestaltqualität*, desprezada por Wundt. Esta qualidade pertence à configuração e não aos seus elementos em separado, ou seja, emerge apenas no contexto de conjunto. Além disso, a alteração dos elementos não interfere nas qualidades configuracionais. A contribuição de von Ehrenfels constitui uma importante crítica à psicologia elementarista. Mais tarde, a psicologia da gestalt, fundada por Wertheimer, Köhler e Koffka, sugere ser necessária a análise do processo global dos fatores que interferem nos processos psíquicos. O pressuposto básico da psicologia da gestalt é que o todo sempre excede a soma de suas partes, ou seja, sua configuração depende da relação existente entre ambos, não consistindo uma simples junção. A percepção capta primeiramente o todo e a seguir suas partes, de modo que o todo é anterior às partes que o compõem. A experiência vem sempre estruturada, é a totalidade que revela o significado (Ribeiro, 1985; Wertheimer, 1970/1991).

Percebemos a fecundidade de idéias que acompanharam a consolidação da psicologia no meio científico e sobretudo, a coexistência de pontos de vista divergentes que posteriormente semearam diferentes abordagens. No entanto, a busca pelo rigor científico definia a exclusão do elemento subjetividade, restringindo a psicologia deste período apenas aos fenômenos observáveis. A meta do cientificismo dominante era garantir um discurso unívoco sobre a natureza, apoiado na exploração exaustiva das partes, na explicação causal e objetiva dos fatos.

A Psicologia se constituiu como ciência no contexto da modernidade, período de ênfase na razão, ordenação do mundo através da exclusão da ambivalência, da nomeação, classificação e controle dos fenômenos:

*A prática tipicamente moderna, a substância da política moderna, do intelecto moderno, da vida moderna, é o esforço para exterminar a ambivalência: um esforço para definir com precisão – e suprimir ou eliminar tudo que não poderia ser ou não fosse precisamente definido (Bauman, 1997/1998, p.15).*

*A taxonomia, a classificação, o inventário, o catálogo e a estatística são estratégias supremas da prática moderna. A mestria moderna é o poder de dividir, classificar e localizar – no pensamento, na prática, na prática do pensamento e no pensamento da prática (p. 23)*

A crença no progresso linear do conhecimento, no alcance de uma verdade absoluta e universal, estimularam visões totalizantes e deterministas acerca do comportamento humano:

*A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca os limites à incor-*

*poração e à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do outro. Na medida em que a ânsia de pôr termo à ambivalência comanda a ação coletiva e individual, o que resultará é intolerância – mesmo que se esconda, com vergonha, sob a máscara da tolerância (o que muitas vezes significa: você é abominável, mas eu sou generoso e o deixarei viver) (Bauman, 1997/1998, p. 16).*

Os ideais da modernidade estão refletidos nas formas de produção do conhecimento, na relação do homem com a natureza e com os semelhantes, em seus valores éticos e morais, nos regimes de governo, enfim, em todas as esferas da existência humana.

No caso da Psicologia, a marca da modernidade se insere em sua compreensão fragmentada do homem, ou seja, nos recortes que reduziram dimensões como corpo, mente, emoção, razão, aprendizagem, memória, percepção, a ilhas isoladas, sem o estabelecimento das conexões que as articulam. A Psicologia ainda lida com o humano a partir destas ordens classificatórias, categoricamente estabelecidas. Outro aspecto importante que também constituiu um reflexo da modernidade na Psicologia foi o predomínio de visões essencialistas da natureza humana e a idéia de que a busca pela verdade é o veículo para a cura.

Posteriormente a adoção do modelo das ciências naturais e de forma crescente, questionamentos revelavam a inquietação de lidar com o humano sem considerar um aspecto fundamental que o constitui: a subjetividade. Neste sentido, a Psicanálise exerceu um papel decisivo no rumo da Psicologia, ao reconhecer a história do sujeito na expressão do seu sofrimento como elemento chave para a compreensão dos sintomas. A partir daí, também surgiu uma série de indagações dentro das ciências humanas em geral, pela percepção da inadequação dos modelos utilizados para estudar os fenômenos humanos.

Parece que no caso da Psicologia, adotamos um referencial externo e estranho à proposição desta ciência. A percepção deste estranhamento, fortemente presente na área clínica, contribuiu para o aparecimento de novos movimentos e escolas, originando uma multiplicidade de abordagens. Entretanto, esta polifonia de idéias manteve uma visão fragmentada do humano, pois era ainda pautada por uma visão dicotômica, produtora de exclusões, parcial. A diversidade implicou no isolamento de dimensões importantes do humano. A transformação desta condição não é possível sob a égide do pensamento linear que oculta a complexidade do real e as relações intrínsecas entre ordem-desordem, razão-emoção, corpo-mente, e tantas outras fragmentações produzidas na modernidade.

### **A Expressão Pós-Moderna da Subjetividade e seus Desafios para a Psicologia**

A pós-modernidade diz respeito ao contexto contemporâneo presente nas artes, ciências, literatura, economia, religiosidade, enfim, nas manifestações humanas de um modo geral. Não há consenso quanto ao significado da pós-

modernidade em relação à modernidade. A pós-modernidade pode ser compreendida como uma ruptura radical com a cultura moderna ou apenas o reflexo de seu declínio, uma espécie de manifestação no interior mesmo da modernidade (Harvey, 1989/1993).

Independente de tomarmos ou não um posicionamento definido, o fato é que o mundo está vivendo novos processos: a globalização, o avanço tecnológico, a comunicação à distância, os desenvolvimentos da engenharia genética e a bioética, a virtualização das relações, a destruição crescente do ecossistema e em consequência as alterações climáticas, são apenas alguns exemplos da lista interminável de mudanças, cuja velocidade é acelerada.

Neste contexto, em que as constantes novidades e transformações demandam do sujeito uma rápida assimilação, as experiências parecem ser naturalmente transitórias, a fugacidade das sensações separa presente e passado, o sujeito e sua história; não há espaço para a apropriação e significação do vivido, as demandas do mundo passam a ser simplesmente acolhidas, sem espaço para reflexão e produção de sentido.

A fragmentação e a virtualização das experiências são aspectos de um mundo em que a dimensão espaço-tempo é relativa e mutável. Neste mundo mutante, provisório, parece não haver espaço para a continência e elaboração dos desejos. As relações são afetadas tanto no domínio eu-outro quanto na dimensão do corpo. A intolerância é um traço que se acentua nas relações contemporâneas e revela uma indisposição para a convivência com a diferença, uma tendência para juntar-se com aqueles considerados iguais, segundo preferências, status social e/ou financeiro, enfim, características mantenedoras da identidade do grupo. Esta rejeição ao outro reforça atitudes bairristas e preconceituosas. A preocupação com o corpo extrapola as motivações de um estado saudável em direção a uma busca incessante de perfeição, pois, exibir um corpo esculpido significa ser aceito, desejado e invejado pelos outros. A meta de corresponder ao modelo idealizado é fonte de stress e depressão e, sobretudo, esconde uma recusa de si mesmo, da condição humana de imperfeição, impermanência e finitude.

As exigências e mutações que desenham nosso habitat atual implicam na produção de novas e diversas formas de ser-agir. A subjetividade compreendida como as particularidades do sujeito tecidas em sua relação com o mundo, está permeada pelo contexto bio-sócio-político-econômico-cultural-tecnológico. Na forma de um fluxo em contínuo devir, a subjetividade desenha diferentes e criativas paisagens que já não correspondem a imagem do sujeito moderno, portador de uma essência naturalmente estática (Najmanovich, 1998; Rolnik, 1997).

A multiplicidade de interações, retroações e reorganizações que constituem o humano e sua subjetividade não podem ser abordadas dentro de um referencial linear. O pensamento complexo é o exercício de uma razão que dialoga com a multidimensionalidade do humano, enquanto ser bio-antropo-psico-social e com as relações que compõem o real, incluindo o *continuum* ordem-desordem

(Morin, 1982/1996). A complexidade, ao favorecer o trânsito entre diversos discursos e racionalidades, possibilita uma visão mais flexível e abrangente sobre o universo humano e sua psiquê.

A idéia de complexidade anuncia uma noção de sujeito diversa da representação clássica, pois em lugar de uma essência cristalizada afirma o caráter dinâmico, relacional, dialógico que funda o ser vivo em sua dimensão ontológica. Adotar o pensamento complexo no exercício da prática psicológica não reflete apenas a redimensão das ferramentas clínicas, mas traduz sobretudo um reposicionamento filosófico e existencial.

Lidar com o real a partir deste outro olhar requer modificações em nossos operadores cognitivos que nos auxiliem a pensar o mundo em termos de conexões e não de eventos isolados. O princípio hologramático de que o todo está nas partes e vice-versa, implica na diluição de dicotomias como, por exemplo, a separação homem versus sociedade, já que o homem está na sociedade que, por sua vez, está no homem através da linguagem e da cultura, em estreita relação. O mesmo pode ser aplicado à distinções como corpo x mente, entre outras. Neste caso a compreensão de qualquer evento passa por um movimento circular das partes para o todo e vice-versa, rompendo com a lógica linear de causalidade (Morin, 1982/1996).

O princípio dialógico refere-se à relação entre elementos discordantes, considerando seu aspecto complementar; “quer dizer que duas lógicas, dois princípios, estão unidos sem que a dualidade se perca nessa unidade” (Morin, 1982/1996, p. 189). Assim, substituímos o mecanismo de exclusão do ou-ou pela inclusão e diálogo, sem eliminar as diferenças:

*A partir daí, podemos assumir, mas com plena consciência, o destino antropológico do homo sapiens-demens, que implica nunca cessar de fazer dialogar em nós mesmos sabedoria e loucura, ousadia e prudência, economia e gasto, temperança e “consumação”, desprendimento e apego (Morin, 1997/1998, p.11).*

A compreensão do ser vivo como um sistema nos traz um dado curioso. Nos constituímos enquanto sistemas abertos ao meio, vivemos uma relação de dependência para sobreviver, pois precisamos de energia, de alimento, de relações humanas, ao mesmo tempo nos comportamos como sistemas fechados, autônomos, pela necessidade de mantermos individualidade, organização interna. Assim, existimos simultaneamente como seres autônomos/dependentes, o que aparentemente soa como um paradoxo, é a condição natural da existência humana (Morin, 1982/1996).

Percebemos portanto, que na natureza as relações incluem uma espécie de dança harmoniosa entre a ordem e a desordem, padrões e imprevisibilidade; a incerteza e o acaso são elementos constituintes da organização natural. O pensamento complexo propõe uma forma de lidar com os fenômenos sem excluir estes aspectos, exercendo uma razão que opere em termos sistêmicos e dialógicos.

Outra noção fundamental é a de auto-organização. A auto-organização é considerada como característica dos fenômenos vivos, processo de desorganização e de permanente re-organização, nos quais a presença da desordem é aceita, impulsionando uma nova ordem, uma nova organização, mantenedora da vida:

*A reorganização permanente e a autopoiese constituem categorias aplicáveis a toda ordem biológica e, a fortiori, à ordem sociológica humana. Uma célula está em autoprodução permanente por meio da morte de suas moléculas. Um organismo está em autoprodução permanente por meio da morte de suas células; uma sociedade está em autoprodução permanente por meio da morte seus indivíduos; ela se reorganiza incessantemente por meio de desordens, antagonismos, conflitos, que minam sua existência e, ao mesmo tempo, mantêm sua vitalidade (Morin, 1982/1996, p.300).*

A auto-organização inclui a dependência em relação ao meio externo, o que implica numa relação íntima entre o homem e o ecossistema, gerando uma auto-eco-organização. Podemos então estender o alcance das atitudes humanas para o ecossistema e vice-versa, bem como vislumbrar a complexidade como aspecto constituinte do ser humano.

### **Integração e Psicoterapia: Um Encontro Possível?**

Dentro da perspectiva da pós-modernidade, o mundo é menos ordenado e previsível do que aquele retratado pela modernidade. O ideal da verdade, dos princípios gerais e leis sobre a natureza humana é rejeitado em nome da legitimidade do pluralismo. Isto significa que diferentes teorias podem ser consideradas verdadeiras e respeitadas em seu convívio (Messer & Wachtel, 1999).

O número de abordagens psicoterápicas vem crescendo bastante nos últimos anos. Esta diversidade pode nos sugerir um campo de elementos incomunicáveis entre si. No entanto, existe uma contradição no interior deste campo, pois de um lado temos sociedades, institutos, centros e revistas relacionados à uma abordagem psicoterápica particular, e de outro a maioria dos terapeutas não se identificam como aderindo a uma abordagem particular, mas referem-se a si mesmos como ecléticos ou integrativos (Garfield & Kurtz; Norcross & Prochaska; conforme citado por Arkowitz, 1997).

A integração em psicoterapia significa um esforço para olhar além das fronteiras que demarcam as diferentes abordagens na tentativa de observar o que pode ser aprendido de outras perspectivas. Diferente do ecletismo que pode ser usado para denotar uma abordagem essencialmente pragmática, na qual o terapeuta utiliza qualquer técnica que acredita ser eficaz, com pouca ou nenhuma compreensão teórica que guia sua escolha (Arkowitz, 1997).

Se conduzida apenas por um raciocínio linear e causal, a integração das abordagens psicológicas corre o risco de produzir sínteses reducionistas que ao invés de favorece-

rem o enriquecimento teórico e o permanente diálogo, concorrerão para a construção de meta discursos. Pensamos que esta tentativa de integrar diferentes abordagens pode ser fecunda desde que apoiada numa racionalidade complexa, guiada pelo reconhecimento da complementariedade existente nestas diferenças, mas também pelo reconhecimento dos limites de cada proposta.

Em termos de psicoterapias, o primeiro esforço para integração de abordagens ocorreu em 1932, no encontro da *American Psychiatric Association*, em que French traçou paralelos entre a psicanálise e o condicionamento Pavloviano, ressaltando similaridades entre a repressão e a extinção (Goldfried & Newman, 1992).

O desenvolvimento da integração em psicoterapia caracteriza-se como um fenômeno crescente e de fundamental importância no debate contemporâneo da psicologia clínica. De acordo com Arkowitz (1997), em 1988 London e Palmer sugerem que o desenvolvimento da integração em psicoterapia pode estar relacionada à crescente interação entre profissionais de diferentes orientações em clínicas especializadas para o tratamento de distúrbios específicos. O desenvolvimento de uma rede profissional chamada *Society for the Exploration of Psychotherapy Integration (SEPI)* tem sido consequência e causa de interesse no fenômeno da integração. As perspectivas integrativas têm aberto novos caminhos para teoria, prática e pesquisa em psicoterapia, porém ainda estão longe de constituir uma teoria. Atualmente existem três direções que compõem o campo da abordagem integrativa: a integração teórica, os fatores comuns e o ecletismo técnico.

### A Integração Teórica

Na integração teórica duas ou mais abordagens são integradas no intuito de alcançar um desempenho mais proveitoso. Há uma interação tanto da base teórica que constitui as psicoterapias quanto de suas técnicas. A história deste movimento é sobretudo, a tentativa de combinar as abordagens psicanalítica e comportamental. Segundo Arkowitz (1997), a publicação da obra *Personality and Psychotherapy: An Analysis in Terms of Learning, Thinking and Culture*, de Dollard e Miller, em 1950, já comunicava o esforço de sintetizar e integrar idéias sobre neurose e psicoterapia a partir das perspectivas psicanalítica e comportamental. Os autores ressaltavam que conceitos psicanalíticos tais como regressão, ansiedade, repressão e deslocamento poderiam ser compreendidos dentro da estrutura da teoria da aprendizagem.

Baseado na análise de sessões de terapia psicanalítica, em 1963 Alexander (citado por Goldfried & Newman, 1992) concluiu que algumas das mudanças terapêuticas observadas poderiam ser compreendidas em termos de teoria da aprendizagem. De acordo com ele, os princípios de recompensa e punição e a influência de experiências repetitivas poderiam ser claramente reconhecidas.

Na década de 70 houve um aumento no interesse pela integração. Alguns estudos foram publicados, dentre os quais

Arkowitz (1997) destaca os de Birk, Birk e Brinkley-Birk, que apresentaram ilustrações clínicas demonstrando como psicoterapias orientadas pelo insight poderiam acentuar mudanças no comportamento e como mudanças no comportamento poderiam facilitar mudanças cognitivas.

Em 1977, Watchel publicou: *Psychoanalysis and Behavior Therapy: Toward an Integration*, ressaltando que qualquer esforço para integrar estas abordagens precisa apreciar a diversidade dentro de ambas e ser específico em relação aos componentes de tal integração. Nessa obra, Watchel procurou uma integração que incorporasse uma terapia comportamental, enfatizando a redução da ansiedade e mudanças no comportamento interpessoal, com abordagens psicanalíticas interpessoais, tais como as de Erickson, Horney e Sullivan, que enfatizaram o atual contexto interpessoal do indivíduo e encorajaram uma participação mais ativa do terapeuta do que outras abordagens psicanalíticas (Arkowitz, 1997).

Ao longo da década de oitenta, outras contribuições também concluíram que alguma forma de integração entre a psicanálise e as abordagens comportamentais era possível, porém questionaram se tal feito era de fato desejável (Kardzin; Mahoney; conforme citado por Arkowitz, 1997).

Em 1987 foi lançado o *Journal of Cognitive Psychotherapy: An International Quarterly*, que incentivou a publicação de artigos que discutissem e explicassem a integração entre a psicologia cognitiva e outras abordagens (Goldfried & Newman, 1992).

Arkowitz (1997) destaca que Schwartz e outros têm descrito a integração teórica como um sistema aberto, que permite a introdução de novos elementos desde que mantendo coerência interna, ou seja, nem todos os elementos podem ser integrados. Esta visão de integração rejeita, pois, uma síntese definitiva de duas perspectivas.

Parece não haver ainda um consenso acerca do produto da integração teórica: podemos falar de uma síntese final ou de uma perspectiva provisória? Este ponto é fundamental, pois comunica a intenção subjacente a esta abordagem, que corre o risco de adotar uma visão reducionista. Em 1992, Messer introduz o conceito de integração assimilativa, na qual uma abordagem particular se mantém, mas aberta à assimilação de outras idéias e técnicas que, uma vez adotadas, sofrerão modificações e atuarão como agentes de mudança em relação àquela abordagem (Arkowitz, 1997)

Apreciadas como um todo, as abordagens são diferentes entre si, mas guardam aspectos complementares que podem ser relacionados dentro de uma perspectiva dialógica. Isto, contudo, não implica na produção de uma síntese redutora, mas no exercício constante de uma comunicação que não ambiciona a totalidade do conhecimento, mas a possibilidade de novas e amplas leituras sobre o homem.

### Os Fatores Comuns

A abordagem dos fatores comuns busca os ingredientes básicos compartilhados por diferentes psicoterapias, os quais podem representar aspectos teóricos ou práticos. Um pres-

suposto fundamental desta abordagem é a visão de que todas as psicoterapias são igualmente efetivas, ponto de vista corroborado nos resultados de diversas pesquisas como as de Beckham, de Elkin e cols., e de Lambert, entre outros. (Arkowitz, 1997)

Arkowitz (1997) ressalta que uma das produções mais antigas sobre fatores comuns remonta ao artigo de Rosenzweig, de 1936. Nele, o autor pontuava alguns fatores que ele acreditava serem importantes para a eficácia de diferentes psicoterapias. Dentre estes fatores estão: habilidade do terapeuta para inspirar confiança e a importância de prover o paciente com visões alternativas e mais razoáveis acerca do eu e do mundo.

O autor também avalia que de uma forma indireta, Carl Rogers contribuiu para o tema dos fatores comuns, ao propor que a terapia era efetiva não em função de técnicas específicas, mas em decorrência de um tipo particular de relacionamento humano, no qual a mudança poderia ocorrer.

Em 1978, Krasner apresentou um esboço da história do humanismo e do behaviorismo, ressaltando que as duas orientações compartilham algumas visões comuns das funções humanas, tais como o papel dos fatores situacionais e a singularidade do sujeito. (Goldfried & Newman, 1992).

Em 1980, foram publicados dois artigos muito importantes para a abordagem dos fatores comuns. Em um estudo de Brady e cols. (citado por Arkowitz, 1997), terapeutas de uma variedade de orientações responderam a uma série de questões acerca dos ingredientes eficazes em psicoterapia. Houve um consenso em torno de que prover o paciente com novas experiências, dentro e fora da terapia, era um ingrediente central para todas as psicoterapias. Contudo, novas experiências é uma descrição bastante vaga, pois não esclarece como estas experiências podem prover e facilitar mudanças.

O interesse pelo estudo dos fatores comuns em psicoterapia vem crescendo, porém enfrenta algumas dificuldades como determinar o tipo e o nível dos fatores comuns envolvidos nos processos de mudança. Dentre estas tentativas, Arkowitz (1997) ressalta os estudos de Weinberg, que elege como elementos comuns a relação terapêutica, expectativas, confrontação de problemas, autoridade e atribuição de problemas. Outras propostas também incluem aceitação (Hayes e cols.), impacto terapêutico (Omer), e experiência (Bohart).

Estes trabalhos desenvolvidos na busca dos fatores comuns em psicoterapia parecem estar baseados numa visão linear de causa-efeito, que não inclui as múltiplas dimensões e interações envolvidas na relação terapêutica. A afirmação da eficiência das diferentes terapias, decorrente de pesquisas realizadas, é um passo importante para o convívio e mesmo para uma tentativa de comunicação entre diferentes abordagens. No entanto, a busca pelos fatores comuns pode revelar-se uma missão impossível. É importante o questionamento e a discussão em torno das definições de fatores comuns para que não se caia na tentação de gerar sínteses redutoras que anulem as diferenças em nome de uma homogeneização.

## O Eclétismo Técnico

O eclétismo técnico representa outra abordagem da terapia integrativa. Constitui uma estratégia de seleção entre uma variedade de alternativas, de acordo com sua eficácia para um problema particular. O principal critério usado pelos terapeutas ecléticos quando selecionam tratamentos é o que, no passado, funcionou melhor para pessoas semelhantes com problemas semelhantes.

De acordo com Arkowitz (1997), desde 1960 vários levantamentos demonstraram que uma larga percentagem de terapeutas endossam alguma forma de eclétismo para descrever suas abordagens. Isto sugere que a realidade da prática foi conduzindo os clínicos a alguma forma de eclétismo, e que as teorias psicoterápicas não refletem este fato.

Em 1967 o conceito de eclétismo técnico foi introduzido por Lazarus. Suas publicações subsequentes estendem a base do eclétismo da psicoterapia comportamental para técnicas associadas com outros sistemas de terapia. Em 1970, ele argumentava que os clínicos poderiam usar técnicas de diferentes sistemas de psicoterapia sem necessariamente aceitar a base teórica associada a elas. Posteriormente o autor reconhece que todo prático usa pelo menos alguma teoria para guiar suas escolhas (Arkowitz, 1997).

A psicoterapia eclética sistemática de Beutler (citado por Arkowitz, 1997) compartilha vários aspectos do eclétismo técnico de Lazarus: a ênfase sobre a especificidade do tratamento e a escolha da técnica para pessoa e problema; a ênfase sobre os dados empíricos para determinar a escolha da terapia; uma relativa falta de atenção sobre o papel da teoria para guiar a escolha da terapia. No entanto, o eclétismo sistemático se apóia também no jogo de uma ampla ordem de variáveis do paciente, características do terapeuta (atitudes, crenças), do tratamento e nas interações paciente-tratamento que são eficazes para maximizar o resultado da psicoterapia, na busca de uma melhor aliança entre problemas e técnicas. O eclétismo atualmente se caracteriza como uma abordagem que usa dados de casos passados para predizer o que será mais eficaz para novos casos.

Percebemos que no eclétismo técnico está presente uma forte dose de pragmatismo em detrimento de reflexões teóricas. Este posicionamento parece retratar uma visão dicotômica teoria x prática, como duas esferas separadas, com existências independentes. Sabemos, no entanto, que a escolha de determinada técnica traz consigo dados relativos à visão de homem, de cuidados, que necessariamente estão presentes. Esta atitude essencialmente pragmática é também uma atitude empobrecedora da compreensão do psicoterapeuta, que corre o risco de tornar-se um mero manipulador de técnicas. O eclétismo técnico concebido a partir das idéias acima, representa um produto da visão dicotômica, fragmentada e tecnicista do pensamento clássico.

O critério para a seleção das técnicas também é discutível. Predizer a eficácia de um tratamento em função de sua aplicação em casos anteriores é novamente uma visão reducionista, que não atenta para o caráter multifacetado envolvido no emprego de uma técnica, que inclui o par tera-

peuta-cliente, a relação estabelecida entre ambos, a particularidade da vivência do problema pelo cliente, para dizer apenas alguns aspectos envolvidos. Este emprego da noção de causalidade e previsibilidade exclui, pois, as peculiaridades da própria relação terapêutica.

A proposta de integração em psicoterapia pode ser um passo importante para a abertura de canais de comunicação entre as abordagens. Entretanto, esta meta depende da flexibilidade para cruzar fronteiras e entrar em contato com diferentes concepções de sujeito, suspendendo pré-conceitos e pressupostos. A integração parte do reconhecimento de possibilidades e alternativas que podem ser assimiladas entre duas perspectivas; exige questionamentos capazes de semear reflexões e reorganizações com a devida coerência. Esta é uma discussão que convoca a participação de todos os psicólogos. Acreditamos na possibilidade de uma integração, desde que pensada em termos complexos, não guiada por uma razão reducionista, estática, mas por um raciocínio dialógico, que não reduz as diferenças, mas preserva a dualidade em convivência com as complementariedades possíveis.

### Referências

- Arkowitz, H. (1997). Integrative theories of therapy. Em Watchel, P. L. & Messer, S.B. (Orgs.), *Theories of psychotherapy: Origins and evolution* (pp.227-288). Washington, DC : American Psychological Association.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. (M. Gama & C.M. Gama, Trans.) Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1997).
- Blumenthal, A.L. (1975). A reappraisal of Wilhelm Wundt. *American Psychologist*, November, 1081-1088.
- Figueiredo, L.C. (1995). *Matrizes do pensamento psicológico*, 3º ed., Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1991)
- Giorgi, A. (1978). *A psicologia como ciência humana: uma abordagem de base fenomenológica*. (R. S. Schwartzman, Trad.) Belo Horizonte: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1970).
- Goldfried, M.R. & Newman, C.F. (1992). A history of psychotherapy integration. Em Norcross, J.C. & Goldfried, M.R. (Orgs.), *Handbook of psychotherapy integration* (pp.46-93). New York, NY: Basic Books.
- Harvey, D. (1993). *Condição pós-moderna*. (A.U. Sobral & M.S. Gonçalves, Trans.) São Paulo: Loyola. (Trabalho original publicado em 1989).
- Japiassu, H. (1995). *Introdução à epistemologia da psicologia*, 5º ed., São Paulo: Letras & Letras.
- Marx, M.H. & Hillix, W. A (1978). *Sistemas e teorias em psicologia*. (A Cabral, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1963)
- Messer, S.B. & Watchel, P.L. (1999). The contemporary psychotherapeutic landscape: Issues and prospects (pp.1-38). Em Messer, S.B. & Watchel, P. L. (Orgs.) *Theories of psychotherapy: Evolution and current status*, Washington, DC: APA Books.
- Morin, E. (1996). *Ciência com consciência*. (M.D. Alexandre & M.A.S. Dória, Trans.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (Trabalho original publicado em 1982).
- Morin, E. (1998). *Amor, poesia, sabedoria*. (E. de A Carvalho, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (Trabalho original publicado em 1997).
- Najmanovich, D. (1998). Novos sofrimentos psíquicos? *Cadernos de Subjetividade* 4, 67-82.
- Ribeiro, J.P. (1985). *Gestalt terapia: refazendo um caminho*. São Paulo: Summus.
- Rolnik, S. (1997). Psicologia: subjetividade, ética e cultura. Em Lancetti, A. (Org.), *Saudeloucura - subjetividade* (pp.13-21), São Paulo: Editora Hucitec.
- Wertheimer, M. (1991). *Pequena história da psicologia*, (L.L. de Oliveira, Trad.), São Paulo: Editora Nacional. (Trabalho original publicado em 1970)

Recebido em 13.10.1999  
Primeira decisão editorial em 15.01.2001  
Versão final em 09.03.2001  
Aceito em 12.03.2001 ■